

SEJUSP-MG

Agente de Segurança Penitenciário /
Policia Penal

Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública
do Estado de Minas Gerais



Edital **verticalizado**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Semântica e Estilística: denotação e conotação; sinonímia; antonímia; homonímia; polissemia. Funções de linguagem.
2. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas. Significação contextual de palavras e expressões. Ponto de vista do autor.
3. Tipologia textual e gêneros de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos.
4. Texto e Textualidade: coesão, coerência e outros fatores de textualidade.
5. Variação linguística: heterogeneidade linguística: aspectos culturais, históricos, sociais e regionais no uso da Língua Portuguesa. Linguagem verbal e não verbal.
6. Fonética e fonologia: ortografia e acentuação gráfica. Crase.
7. Colocação Pronominal: sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos.
8. Sinais de pontuação como fatores de coesão.
9. Morfossintaxe: classes de palavras; funções sintáticas do período simples. Sintaxe do período composto: processos de coordenação e subordinação; relações lógico-semânticas.
10. Concordância e Regência verbal e nominal aplicadas ao texto. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. Ortografia oficial – Novo Acordo Ortográfico.
11. Redação (domínio da expressão escrita).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- BUENO, Francisco da Silveira. Gramática de Silveira Bueno. São Paulo: Global, 2014.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.
- CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: Texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 2013.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza A. Cochar; Cleto, Ciley. Interpretação de textos: construindo competências e habilidades em leitura. 3 ed. São Paulo: Atual, 2016.
- CHALHUB, Samira. Funções da linguagem. Rio de Janeiro: Ática, 1990.

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017, 800 p., recurso digital.
- FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1997.
- EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto. São Paulo: Geração Editorial, 2017.
- GARCIA, Othon. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- KOCH, Ingedore V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1992. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Cortez, 2008.
- SARMENTO, Leila Lauer. Oficina de Redação. São Paulo: Moderna, 2013.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Raciocínio lógico: resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras).
2. Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ROCHA, Enrique. (2010) Raciocínio Lógico - Você consegue aprender. Série Provas e Concursos. 3a ed. São Paulo: Impetus.
- MARIANO, Fabrício. (2012) Raciocínio Lógico para Concursos. Série Provas e Concursos. 5a ed. São Paulo: Campus.
- IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlo. Fundamentos de Matemática Elementar 1: Conjuntos e funções. Editora Atual, 2019.
- IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar 4: Sequências, matrizes, determinantes, sistemas. Editora Atual, 2004.
- HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Matemática Elementar 5: Combinatória e probabilidade. Editora Atual, 2013.
- IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel.
- DEGENSZAJN, David Mauro. Fundamentos de Matemática Elementar 11: Matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. Editora Atual, 2013.

INFORMÁTICA

1. Conceitos de internet e intranet.
2. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/ intranet.
 - 2.1. Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa e de redes sociais.
3. Noções de sistema operacional (ambiente Windows).
4. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice).
5. Noções de videoconferência.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.
2. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo.
3. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública (Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, e alterações posteriores e Constituição do Estado de Minas Gerais).

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. Aplicação da lei penal.
 - 1.1. Princípios.
 - 1.2. Pena cumprida no estrangeiro.
 - 1.3. Eficácia da sentença estrangeira.
 - 1.4. Contagem de prazo.
 - 1.5. Frações não computáveis da pena.
 - 1.6. Interpretação da lei penal.
 - 1.7. Analogia.



- 1.8. Irretroatividade da lei penal.
2. O fato típico e seus elementos.
 - 2.1. Crime consumado e tentado.
 - 2.2. Illicitude e causas de exclusão.
 - 2.3. Excesso punível.
3. Crimes contra a pessoa.
4. Crimes contra o patrimônio.
5. Crimes contra a fé pública.
6. Crimes contra a administração pública.
7. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
8. Crimes Contra a Administração Pública,
9. Crimes praticados por funcionário público contra administração em geral.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos — Resolução 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.
2. Regras mínimas da ONU para o tratamento de pessoas presas.
3. Decreto nº 7.037/2009 e suas alterações (Programa Nacional de Direitos Humanos).
4. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (arts. 62 a 64 da Lei de Execução Penal e suas alterações).
5. Conselhos Penitenciários (arts. 69 e 70 da Lei de Execução Penal e suas alterações).
6. Conselhos da Comunidade (arts. 80 e 81 da Lei de Execução Penal e suas alterações).

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (antitortura).
2. Lei nº 12.846/2013 e suas alterações (anticorrupção).
3. Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade).
4. Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).
5. Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento).
6. Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Lei de Drogas).
7. Lei nº 13.964/2019 (aperfeiçoa a legislação penal e processual penal).
8. Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).

9. Lei nº 13.675/2018 (disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; institui o Sistema Único de Segurança Pública) e Decreto de Regulamentação nº 9.489/2018.
10. Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1.952 e suas alterações posteriores - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais;
11. Lei Estadual n.º 11.404, de 25 de Janeiro de 1994 (Contém Normas de Execução Penal);
12. Lei Estadual nº 14.695, de 30 de julho de 2.003, que instituiu a carreira de Agente de Segurança Penitenciário;
13. Regulamentos e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP).

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, e alterações posteriores: Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais;
Capítulo I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
Capítulo II: Dos Direitos Sociais;
Capítulo III: Da Nacionalidade;
Título III: Da Organização do Estado; Capítulo I: Da Organização Político-Administrativa; Capítulo VII: Da Administração Pública; Seção I: Disposições Gerais;
Seção II: Dos Servidores Públicos; Título VIII: Da Ordem Social; Capítulo I: Disposição Geral; Declaração Universal dos Direitos Humanos;
Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1.952 e suas alterações posteriores - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais;
Lei Federal n.º 7.210, de 11 de Julho de 1984 (Institui a Lei de Execução Penal) e alterações posteriores;
Lei Federal n.º 9.455 de 07 de abril de 1.997 (Lei da Tortura) e alterações posteriores;
Lei Estadual n.º 11.404, de 25 de Janeiro de 1994 (Contém Normas de Execução Penal);
Lei Estadual nº 14.695, de 30 de julho de 2.003, que instituiu a carreira de Agente de Segurança Penitenciário/Policial Penal.
Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/40 e suas alterações posteriores).
Parte Especial - Título XI – Dos Crimes Contra a Administração Pública, Capítulo I. Dos crimes praticados por funcionário público contra administração em geral;
Regulamento Disciplinar Prisional da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (REDIPRI).



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br